



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE, SECRETARIADO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

JEFERSON CRISTHIAN ALEXANDRE DE ANDRADE

AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE
SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA

2022

JEFERSON CRISTHIAN ALEXANDRE DE ANDRADE

AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE
SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de Secretariado Executivo do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elaine Freitas de Sousa.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A567a Andrade, Jeferson Cristhian Alexandre de.
As atividades complementares : percepções de discentes de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará / Jeferson Cristhian Alexandre de Andrade. – 2022.
62 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Secretariado Executivo, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Elaine Freitas de Sousa.

1. Atividades Complementares. 2. Secretariado Executivo. 3. Universidade Federal do Ceará. I. Título.
CDD 651.3741

JEFERSON CRISTHIAN ALEXANDRE DE ANDRADE

AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE
SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de Secretariado Executivo do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Secretariado Executivo.

Aprovada em 11/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Elaine Freitas de Sousa (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Conceição de Maria Pinheiro Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Bruno Chaves Correia-Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho a:

Jonas e Victor;

Henrique, Milena e Sabrina;

André, Breno e Thais;

Artur;

Jordan;

Yan.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

À minha família e meus queridos amigos, que tanto torcem por mim.

À minha turma do Secretariado.

Aos professores que tive.

Ao Edson Rodrigues, secretário do curso.

À Prof^ª. Dr^ª. Conceição Barros, coordenadora do curso e minha orientadora da bolsa de monitoria, além de participante da banca examinadora.

À Prof^ª. Dr^ª. Joelma Soares, pelo ensino da pesquisa científica.

À Prof^ª. Dr^ª. Elaine Freitas, pela excelente orientação no estágio e na monografia.

Aos alunos respondentes da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Bruno Chaves, participante da banca examinadora.

Enfim, a todos que colaboraram mediante valiosas sugestões, reflexões e críticas.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.” (FREIRE, 1983, p. 104).

RESUMO

As atividades complementares (AC), tema central de análise deste trabalho, surgem como um componente curricular inovador que pode ser um caminho para operacionalizar a dinâmica da formação, visando reduzir a tensão característica advinda da necessidade de a universidade responder sozinha a tantas demandas internas e externas. Diante do exposto e partindo da questão norteadora, buscou-se como objetivo geral analisar as atividades complementares na perspectiva dos discentes de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará. Para o embasamento teórico deste estudo, foi utilizado material documental além de literatura científica de autores como Frauches (2011), Ribeiro (2002), Amado e Freire (2002), Perrenoud (1999), Dias Sobrinho (2007), Enguita (2004), Gaioso (2005), Fior (2003), Brandão (2010) e Veiga (2004). Metodologicamente, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, de abordagem quali-quantitativa e com procedimentos bibliográficos e documentais, junto a um levantamento a partir de questionário. O instrumento, no formato eletrônico, foi dividido em duas seções, composto de perguntas objetivas e subjetivas e encaminhado virtualmente, por e-mail e redes sociais. Para a interpretação dos resultados, os recursos foram: estatística descritiva e análise de conteúdo. A partir dos dados foi possível inferir que uma porcentagem significativa de estudantes já participou de diversas atividades, sobretudo eventos, cursos e voluntariado. A opinião dos respondentes também evidenciou que o momento mais oportuno para desenvolver as AC seria, na realidade, durante todo o curso, sugerindo que os alunos devem estar constantemente atualizados em sua área. Como principal desafio enfrentado pelos futuros secretários executivos para efetuar as AC, destacou-se a gestão do tempo. Conclui-se que a participação do discente no fazer universitário, propiciada pelas AC, é de grande valor para a sua formação.

Palavras-chave: Atividades Complementares; Secretariado Executivo; Universidade Federal do Ceará.

ABSTRACT

Extracurricular activities (EA), the central theme of analysis in this work, emerge as an innovative curricular component that can be a way to operationalize the dynamics of training, aiming to reduce the characteristic tension arising from the need for the university to respond alone to so many internal and external demands. external. In view of the above and starting from the guiding question, the general objective was to analyze the extracurricular activities from the perspective of students of the Executive Secretariat of the Federal University of Ceara. For the theoretical basis of this study, documentary material was used in addition to scientific literature from authors such as Frauches (2011), Ribeiro (2002), Amado and Freire (2002), Perrenoud (1999), Dias Sobrinho (2007), Enguita (2004) , Gaioso (2005), Fior (2003), Brandão (2010) and Veiga (2004). Methodologically, a descriptive research was developed, with a qualitative-quantitative approach and with bibliographic and documentary procedures, together with a survey based on a questionnaire. The instrument, in electronic format, was divided into two sections, composed of objective and subjective questions and sent virtually, via email and social networks. For the interpretation of results, the resources were: descriptive statistics and content analysis. From the data, it was possible to infer that a significant percentage of students have already participated in various activities, especially events, courses and volunteering. The respondents' opinion also showed that the most opportune moment to develop the EA would be, in fact, throughout the course, suggesting that students must be constantly updated in their area. As the main challenge faced by future executive secretaries to carry out the EA, time management stood out. It is concluded that the student's participation in university work, provided by the EA, is of great value for their training.

Keywords: Extracurricular Activities; Executive Secretariat; Federal University of Ceara.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Atividades complementares: resumo explicativo	18
Quadro 2	Atividades complementares do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará	26
Quadro 3	Entendimento dos discentes sobre as AC	38
Quadro 4	Desafios enfrentados pelos discentes no desenvolvimento das AC	44
Quadro 5	Importância das AC na percepção dos discentes	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Ocupação atual dos discentes	38
Gráfico 2	Formação dos discentes em outro curso superior (completo)	38
Gráfico 3	Orientação adequada aos discentes sobre as AC do curso de Secretariado Executivo	40
Gráfico 4	Busca dos discentes de informações a respeito das AC do Curso	40
Gráfico 5	Conhecimento dos discentes acerca das AC como um componente curricular obrigatório do Curso	41
Gráfico 6	Período ideal para a realização das AC na visão dos discentes	41
Gráfico 7	AC que os discentes já participaram ou estão participando	42
Gráfico 8	AC que os discentes ainda pretendem ou gostariam de participar	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
AC	Atividades Complementares
BIA	Programa de Iniciação Acadêmica
CA	Centro Acadêmico
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CES	Câmara Superior de Educação
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSUNI	Conselho Universitário
CP	Comissão Própria
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EU	Encontros Universitários
FEAAC	Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Secretariado e Finanças
FENASSEC	Federação Nacional das Secretárias e Secretários
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
NEPES	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PID	Programa de Iniciação à Docência
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Atividades complementares: descrição histórico-conceitual	14
2.2	O papel das atividades complementares no curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará	22
2.2.1	<i>O curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará</i>	22
2.2.2	<i>As atividades complementares como um componente curricular obrigatório do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará</i>	25
3	METODOLOGIA	29
3.1	Tipologia da pesquisa	29
3.2	Instrumento de coleta da pesquisa	33
3.3	Coleta e tratamento dos dados	34
4	RESULTADOS	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO APLICADO AOS DISCENTES DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	53
	ANEXO – AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFC	59

1 INTRODUÇÃO

As instituições sociais são entidades socioculturais, surgidas de crenças, ideais e valores da sociedade e, por isso, são organismos estáveis e perenes, cuja principal função é contribuir para a realização dos anseios e expectativas da sociedade, em direção à melhoria da qualidade de vida do planeta. Assim, como instituição social, a universidade é, antes de tudo, um ideal substantivo da vida humana individual e associada. Ressalta-se, nesse panorama, a importância da educação superior no Brasil, em que a universidade se constitui como uma das mais respeitadas instituições sociais que ainda sobrevivem, principalmente por suas funções de criar, manter e transmitir o conhecimento e a cultura da sociedade.

Nesse sentido, as atividades complementares (AC), tema central de análise desta pesquisa, surgem como um componente curricular inovador que pode ser um caminho para operacionalizar essa dinâmica da formação, visando reduzir a tensão característica advinda da necessidade de a universidade responder sozinha a tantas demandas internas e externas. O foco principal das AC é promover, juntamente com as outras atividades acadêmicas do discente, o desenvolvimento intelectual, a prática da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho; elas têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional.

As AC possibilitam, inclusive, que os estudantes tenham acesso ao extenso leque de conhecimentos, ideias, temas, problemas e metodologias e, assim, venham a agregar à formação específica oferecida nos cursos, novas e diferentes perspectivas que darão maior valor e melhores resultados ao seu futuro desempenho profissional, preparando-os mais adequadamente para a vida. O que caracteriza esse conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo. Para este trabalho, considerou-se, portanto, o papel inovador e viabilizador das AC que podem representar a possibilidade de complementação para a formação do profissional-cidadão, para a integração dos currículos, para a quebra da rigidez, para ampliar a formação geral e para integrar ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, é importante verificar como estão sendo implementadas as AC: as motivações, percepções, intenções, proposições, concepções e ações dos alunos envolvidos. Essa investigação fornece a oportunidade de provocar reflexões analíticas e lançar luz ao fenômeno estudado e aos princípios teóricos abordados, considerando sua influência na formação do estudante de graduação. Diante do exposto, a questão que norteou a presente

pesquisa foi: quais as perspectivas dos discentes do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará sobre as atividades complementares?

Partindo da questão norteadora, buscou-se como objetivo geral analisar as atividades complementares na percepção dos discentes de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará. Detalhadamente, os objetivos específicos consistiram em:

- a) identificar o entendimento dos discentes de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará sobre as atividades complementares;
- b) apontar o período ideal de realização das atividades complementares conforme a percepção dos discentes de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará;
- c) verificar as atividades complementares mais desenvolvidas pelos discentes de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará; e
- d) conhecer os desafios enfrentados pelos discentes de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará no que se refere à prática das atividades complementares.

A escolha desse tema se justifica pela influência das AC na construção da autonomia intelectual, da atuação ética, da responsabilidade socioambiental e da integração teoria-prática entre os acadêmicos. Este trabalho é, pois, além de uma descrição e análise, um convite à reflexão que oferece subsídios acerca das AC nos cursos de graduação, ressaltando-se o Secretariado Executivo. Favorece, ainda, uma compreensão sobre o papel dessas atividades na formação do profissional-cidadão, em um quadro de aceleradas transformações sociais, preservando a essência do ideal universitário: gerar profissionais qualificados e difundir conhecimentos e valores éticos, científicos, artísticos e culturais.

No que diz respeito à estrutura, o estudo se divide em cinco partes, sendo esta introdução a primeira delas, apresentando ideias gerais. A segunda trata do aporte teórico necessário para dar sustentação à pesquisa. Na terceira parte, os procedimentos metodológicos empregados nesta pesquisa são descritos com todos os passos. A quarta parte mostra a análise dos resultados obtidos por meio da pesquisa de campo. Na quinta e última parte são apresentadas as considerações finais e, em seguida, as referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica vem apresentar alguns estudos sobre o tema de determinada pesquisa, fazendo uma revisão da literatura já existente, como as teorias e críticas acerca do assunto e, conseqüentemente, os trabalhos realizados que as tomam como referências. É dessa forma que o autor do trabalho e o leitor têm conhecimento de trabalhos que já foram realizados sobre o assunto, tendo assim mais consistência e contextualização na pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 224), “a finalidade da pesquisa científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos.”

Complementando o entendimento de teoria, Martins e Theóphilo (2009, p. 28) comparam as teorias “às redes lançadas com o objetivo de recolher o que se denomina mundo: para dominá-lo, raciociná-lo, enfim, compreendê-lo. Acredita-se que a sistematização e busca de seguras explicações dos acontecimentos constituem objetivos das teorias.” Portanto, é de suma importância correlacionar a pesquisa com o referencial teórico, pois este serve de base para a interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados.

Desse modo, a literatura base revisada para a fundamentação do presente trabalho se encontra organizada mediante a exploração de aspectos-chave necessários à compreensão dos dados e discussões. Trabalhar esses conceitos proporciona um maior amadurecimento das bases teóricas e conhecimentos importantes tanto no âmbito acadêmico quanto profissional.

2.1 Atividades complementares: descrição histórico-conceitual

As atividades complementares (AC) surgem, pela primeira vez, como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação em Direito. Elas foram introduzidas pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº. 1.886, de 1994, quando o antigo Conselho Federal de Educação (CFE) fora extinto mediante medida provisória do presidente Itamar Franco (ABMES, 2010). O art. 4º da referida portaria fixava os conteúdos e duração dos cursos de graduação em Direito (os ditos currículos mínimos):

Art. 4º Independentemente do regime acadêmico que adotar o curso (seriado, crédito ou outro), serão destinados cinco a dez por cento da carga horária total para Atividades Complementares ajustadas entre o aluno e a direção ou coordenação do curso, incluindo pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno.

Com o advento da Lei nº. 9.131, de 1995, por conversão da Medida Provisória nº. 1.126, de 1995, que extinguiu o CFE e criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), este passou, por sua Câmara Superior de Educação (CES), a ter a competência de “deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação.” Era o fim dos “currículos mínimos” e em seu lugar, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos de Graduação (DCN).

Em 1996, foi instalado então o CNE, e a CES iniciou estudos para a elaboração e deliberação acerca das DCN. Em 1997, foi aprovado o Parecer nº. 776 que estabelecia as orientações preliminares para que a CES exercesse as suas atribuições. Esse parecer dispõe que as DCN devem “assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes” e propõe ainda que as DCN, entre outras, devem “estimular práticas de estudos independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.” Cabe ressaltar que esse parecer não foi homologado expressamente, mas seu conteúdo foi seguido na criação dos pareceres seguintes acerca das DCN (FRAUCHES, 2011).

O Parecer CES/CNE nº. 583/2001 reforça a necessidade de um componente curricular destinado a “estimular práticas de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno” e define o sumário do que deve conter, obrigatoriamente, as DCN dos cursos de graduação, conforme se segue:

- 1 - A definição da duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos será objeto de um parecer e/ou uma resolução específica da Câmara de Educação Superior.
- 2 - As diretrizes devem contemplar:
 - a) Perfil do formando/egresso/profissional – conforme o curso, o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado;
 - b) Competências/habilidades/attitudes;
 - c) Habilitações e ênfases;
 - d) Conteúdos curriculares;
 - e) Organização do curso;
 - f) Estágios e Atividades Complementares;
 - g) Acompanhamento e avaliação.

O Parecer CES/CNE nº. 67/2003 fixou o referencial para as DCN e incluiu as AC como um dos conteúdos curriculares obrigatórios para os cursos de graduação. Dessa maneira, foram estabelecidas a partir das orientações gerais contidas nos Pareceres CES/CNE nº. 776/97 e 583/2001, bem como nos desdobramentos decorrentes do Edital nº. 4/97 da Secretaria de Ensino Superior (SESU)/MEC, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Gerais dos Cursos de Graduação, por curso, segundo a área de conhecimento. Isso aconteceu observando-se os paradigmas, níveis de abordagem, perfil do formando, competências e habilidades, possíveis habilitações, conteúdos ou tópicos de estudos, duração dos cursos,

atividades práticas e complementares, aproveitamento de habilidades e competências extracurriculares, interação com a avaliação institucional como eixo balizador para o credenciamento e avaliação da Instituição de Ensino Superior (IES), para a autorização e reconhecimento de cursos, bem como suas renovações, adotados indicadores de qualidade, sem prejuízo de outros aportes considerados necessários (FRAUCHES, 2011).

As AC integram, a partir dessas orientações gerais, o conteúdo e a carga horária das DCN de cada curso (bacharelado ou licenciatura). Segundo o MEC, as AC têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a “complementação da formação social e profissional.” O que caracteriza esse conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES nº. 492/2001.

Além disso, as AC de um curso de graduação são:

[...] toda e qualquer atividade que vise à complementação do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a contextualização e a flexibilização do currículo, assegurando a introdução de novos elementos teórico-práticos, construídos pelo próprio estudante, de modo a permitir a sua formação permanente, por meio de atividades não pré-definidas na organização curricular do curso. (MEC, 2014).

Em todos os cursos de graduação, as AC têm sua obrigatoriedade ditada pelas DCN específicas e estão em consonância com os pareceres do CNE/CES, que tratam das diretrizes específicas dos cursos de graduação, com o regimento interno e as previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) (MEC, 2009). Aquelas são importantes para a formação do perfil do aluno e necessitam propiciar o reconhecimento pela IES, por meio de avaliação de habilidades e competências, das experiências adquiridas fora da sala de aula. O Parecer CES/CNE nº. 134/2003, de autoria dos conselheiros José C. Almeida da Silva e Lauro R. Zimmer, que propõe as DCN para os cursos de graduação em Administração, é um dos mais claros na definição das AC, sendo até repetitivo em alguns pontos:

As Atividades Complementares devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicos, internos ou externos ao curso, não se confundindo estágio curricular, supervisionado, com a amplitude e a rica dinâmica das Atividades Complementares. (ABMES, 2008, p. 59).

Segundo o referido parecer, orienta-se o estímulo à prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do

trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais (ABMES, 2011).

Ademais, as AC podem incluir inúmeras atividades como: iniciação científica, projetos de pesquisa, projetos de extensão, monitoria, seminários, módulos temáticos, simpósios, congressos, conferências, atividades de voluntariado, além de disciplinas oferecidas por outros cursos e/ou outras IES ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional. Ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada instituição, nele poderão ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar e se integram com os demais conteúdos planejados e realizados no projeto pedagógico de origem. Trata-se de componente curricular inovador, enriquecedor e implementador do perfil do formando, sem que se confunda com outro componente também obrigatório, o estágio curricular supervisionado.

Destaca-se que os documentos oficiais apontam que, embora as AC devam ser executadas de forma aberta e flexível e tenham como principal proposta estimular a prática de estudos independentes, visando ao aumento da autonomia profissional e intelectual dos graduandos, para o desenvolvimento dessas atividades, os estudantes devem contar com o apoio e a supervisão da IES. Esse assunto é abordado nas resoluções a seguir.

A Resolução Comissão Própria (CP)/CNE n.º. 2/2002, com fundamento no Parecer CP/CNE n.º. 28/2001, “institui a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior – licenciatura e fixa a carga horária mínima das AC em 200h para cada licenciatura.” (ABMES, 2008, p. 659).

A Resolução CP/CNE n.º. 1/2006, com fundamento nos Pareceres CP/CNE n.º. 5/2005 e n.º. 3/2006, que institui as DCN para a licenciatura em Pedagogia, define o conteúdo e a carga horária mínima das Atividades Complementares em 100h, específica para a citada licenciatura (ABMES, 2011).

A Resolução CES/CNE n.º. 2/2007, tendo por fundamento o Parecer CES/CNE n.º. 8/2007, dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Por essa resolução (art. 1º, parágrafo único), “os estágios e Atividades Complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.” Não estabelece a carga horária mínima e registra que a carga horária máxima de vinte por cento sobre a “carga horária total do curso” deve ser distribuída entre dois componentes curriculares distintos e que não devem ser confundidos: estágio profissional e atividades complementares.

A distribuição da carga horária desses dois componentes curriculares é da competência de cada IES. As “determinações legais em contrário” podem ser encontradas em algumas resoluções sobre as DCN de bacharelados, como as relativas aos estágios profissionais nos cursos de Medicina (mínimo de 35% sobre a carga horária total do curso) e Odontologia (mínimo de 20% sobre a carga horária total do curso). Nas resoluções das DCN dos bacharelados não há definição de carga horária específica para as AC, sendo disciplinada exclusivamente pela referida Resolução nº. 2/2007 (ABMES, 2008, p. 627).

Nos demais casos, cabe à IES fixar a carga horária das AC. Entretanto, deverá ser usada a referência inicial da orientação para o bacharelado em Direito: entre cinco e dez por cento da carga horária total do curso (ABMES, 2011). Frauches (2011), em sua coluna “Educação Superior Comentada – políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior”, no portal da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), resume muito bem o componente “Atividades Complementares”, fazendo uma compilação dos pareceres dos conselheiros e de outros documentos oficiais, respondendo dúvidas das instituições:

Quadro 1 – Atividades complementares: resumo explicativo

As atividades complementares são um espaço curricular adequado ao:

- a) desenvolvimento da transdisciplinaridade, envolvendo o educando em trabalhos acadêmicos que possam enriquecer os seus conhecimentos e habilidades para o exercício da cidadania e de profissões, além de alargar os seus horizontes intelectuais e científicos; e
- b) reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante, como as adquiridas fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, interdisciplinares, transversais, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão, iniciação científica e monitoria. Podem ser aproveitadas atividades diversas que contribuam para a adequada formação integral do educando.

As AC devem:

- a) possibilitar ao educando ampliar a sua formação com experimentos e vivências acadêmicos, internos ou externos ao curso;
- b) ser ofertadas obrigatoriamente nos cursos de graduação de acordo com as DCN de cada curso;

- c) ser desenvolvidas a partir de normas específicas, aprovadas pelos órgãos próprios de cada IES, de acordo com o estatuto, regimento geral ou regimento interno, com a carga horária total definida na matriz curricular de cada curso, atendidas as DCN; e
- d) ser descritas no PPC.

As AC podem ser ofertadas:

- a) mesmo quando as DCN não as tornarem obrigatórias, por opção do curso ou da IES; e
- b) de forma seriada, em todos ou em alguns períodos letivos, ou ao longo do curso, planejadas pelo colegiado de cada curso, sendo a integralização da carga horária obrigatória para a obtenção do diploma de graduado.

Fonte: adaptado de Frauches (2011).

Considerando-se o foco da discussão deste trabalho, para que as AC exerçam seu papel, de relevância na formação mais ampla do graduando, elas devem ser contempladas nos projetos pedagógicos, nos currículos e trabalhadas de forma diferenciada. As metodologias de ensino e aprendizagem devem ser reformuladas, dando mais ênfase à autonomia do graduando, valorizando, inclusive, a educação à distância como possibilidade para o exercício dessa autonomia e ainda a aprendizagem baseada na problematização e orientada para projetos. Logo, contrapondo-se a uma forma de ensino mais passivo e baseado na transmissão de informações e conhecimentos por meio das aulas expositivas, devem ser implantadas formas mais participativas, que além de mais atrativas, são centradas no desenvolvimento de competências (RIBEIRO, 2002). Somente metodologias que propiciem a autonomia intelectual têm condições de ir ao encontro da proposta do MEC, quando aborda a questão das AC.

Outra questão a ser considerada em função dos interesses desta pesquisa é o da diferenciação pedagógica. Essa ideia busca contrapor-se à padronização das práticas pedagógicas existentes que atravancam a resposta das IES às crescentes demandas sociais e só é possível viabilizar tal diferenciação, importante nos cursos superiores, com a utilização de estratégias diferenciadas. Esse processo fica a cargo exclusivamente dos professores, que devem proporcionar condições adequadas para atender às regionalidades e às características individuais de cada aluno. No entanto, poderia ser compartilhado com um trabalho bem desenvolvido e orientado junto às AC (AMADO; FREIRE, 2002).

Para Perrenoud (1999), diferenciação pedagógica é o processo pelo qual os professores enfrentam a necessidade de fazer evoluir no currículo cada aluno em situação de

grupo, por meio da escolha apropriada de métodos de ensino, que sejam adequados às estratégias de aprendizagem e de estudo desse aluno. Na visão do autor, a diferenciação pedagógica objetiva, prioritariamente, a autonomia intelectual do estudante, condição crucial para a realização das AC. As práticas na sala de aula se diferenciam em função de cada aluno para que ele possa ter acesso a melhores oportunidades de sucesso na aprendizagem e não simplesmente ao ensino superior.

Dias Sobrinho (2007) corrobora com essa ideia quando escreve que a autonomia intelectual desejada e a individualização do ensino são um tema nuclear nas discussões pedagógicas e um dos pilares da ação educativa no ensino superior. A busca pelo “aprender a aprender” se firma na possibilidade de relacionar conhecimentos com experiências vivenciadas, ou seja, em atribuir significação ao que foi internalizado pela vivência. O desenvolvimento da autonomia intelectual desejada, que propicie a relação de conteúdos, da teoria e da prática, é o alicerce para o espírito crítico que permita argumentações fundamentadas em fatos, em que não seja possível separar ensino, pesquisa e extensão na organização curricular. A valorização de conteúdos ligados às humanidades é o resgate da identidade profissional e o fortalecimento do sentido social da profissão (ENGUITA, 2004).

O novo paradigma do processo de ensino e aprendizagem exige uma transformação radical das metodologias de ensino e aprendizagem e a implantação de um ensino tutorial objetivo, exigente e rigoroso. A natureza individual da aprendizagem exige uma adaptação do processo de ensino e aprendizagem às características individuais de cada aluno, tornando-se uma resposta válida até mesmo para a redução da evasão escolar, já que as pesquisas acusam a rigidez e falta de atratividade dos currículos como uma das razões para o abandono no ensino superior (GAIOSO, 2005).

A flexibilidade curricular, a diferenciação pedagógica e o ensino tutorial são fundamentais quando o foco são as novas práticas de ensino e as novas formas de aprendizagem em que se assentam a sociedade e o conhecimento produzido por ela e para ela. Tais questões caminham em sentido oposto ao da massificação pedagógica e contribuem para que as IES voltem a ser os lócus da geração do conhecimento e não da reprodução dele (DIAS SOBRINHO, 2007).

As mudanças por que passa a sociedade atual acarretam alterações econômicas, sociais, políticas e culturais. É preciso considerar e analisar os efeitos dessas alterações e é exigido do professor, na condição de produtor e transmissor do conhecimento, posicionar-se diante dos fatos. Aquele vive a fragilidade e a precariedade do conhecimento, necessitando de constante aprimoramento e atualização de novos saberes, lembrando-o de seu compromisso

com a melhoria da qualidade de vida da sociedade em que vive. Considere-se ainda que, dada a volatilidade das descobertas científicas e do avanço tecnológico, é vital desenvolver a capacidade do aluno de buscar, problematizar, criar e essa será uma atitude permanentemente requerida ao longo da vida.

Fior (2003) realizou uma pesquisa sobre as contribuições das atividades não obrigatórias na formação do universitário. Apesar das AC serem componente curricular obrigatório, as atividades devem ser propostas e planejadas pelo estudante, autonomamente, sob a supervisão da IES. A autora apontou alguns benefícios da participação nas atividades não obrigatórias, como: “maior satisfação com o curso, aprimoramento das habilidades de liderança, facilidade nos relacionamentos interpessoais, desenvolvimento de valores altruísticos.”

O estudo realizado por ela mostrou que os benefícios das experiências não obrigatórias se refletem em diversos aspectos, que podem favorecer o desenvolvimento integral do estudante, contribuindo também para “o desenvolvimento do compromisso com o curso, sendo esta uma variável importante para a permanência do estudante no ensino superior.” Ou seja, estudantes que “participam de quaisquer atividades extracurriculares têm menor probabilidade de se evadir e tem maior probabilidade de estarem satisfeitos com suas experiências na universidade.” Ressaltou-se o fato de que participar de atividades dessa natureza contribui para “uma melhor integração ao contexto universitário, elemento importante para o rendimento acadêmico do estudante e para seu desenvolvimento psicossocial.” (FIOR, 2003, p. 31-32).

Para que tais benefícios sejam evidenciados e o fenômeno das AC seja mais bem compreendido, é necessário atentar-se para a questão da responsabilidade da IES no desenvolvimento desse componente curricular. A legislação preceitua que a IES deve dar todo o apoio e supervisão para que o estudante possa realizar tais atividades. Por “apoio e supervisão” muito pode ser entendido. Algumas evidências são apreendidas a partir de uma breve busca em portais de IES, tanto públicas, quanto privadas.

Em grande parte delas, o apoio fica restrito à criação de um regulamento que explicita a obrigatoriedade do cumprimento das AC e a respectiva tabela com a correspondente validação para a integralização dessas atividades no currículo do curso. Reduz-se a responsabilidade da IES à atividade “cartorial e burocrática” de contabilização de horas e recebimento de certificados. Conseqüentemente, restringe-se o papel que se espera de um componente que “complemente” a formação universitária a uma indústria de cursos virtuais (on-line) de curta duração que pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento de

competências tão importantes para o papel do profissional-cidadão. Em alguns casos, porém, observa-se o desenvolvimento de um trabalho orientado e sério, para além da obrigatoriedade de realizar atividades ou o mero atendimento à legislação, que, em tese, atende aos propósitos da formação.

2.2 O papel das atividades complementares no curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará

São abordados neste tópico aspectos relacionados ao curso de graduação em Secretariado Executivo da UFC, com destaque acerca do papel das AC como um componente curricular obrigatório.

2.2.1 O curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará

A criação e aprovação do Curso Superior em Secretariado da Universidade Federal do Ceará foi realizado por meio da Resolução nº. 3 do Conselho Universitário (CONSUNI), de 2 de março de 1995, em caráter permanente, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado (FEAAC), que também congrega os cursos de Administração e Atuária. O reconhecimento do Curso pelo Ministério da Educação (MEC) está registrado mediante Portaria nº. 2.749, de 12 de dezembro de 2001 (BRANDÃO, 2010).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) (2017), o curso de Secretariado Executivo é de caráter permanente, oferecido pelo período noturno, com uma entrada anual no 1º semestre para 50 vagas, processo seletivo Sistema de Seleção Unificada (SISU) / Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desde 2010. Após a divulgação, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), das notas individuais do aluno, este poderá se inscrever no SISU, do MEC, em até duas opções de vagas, devendo especificá-las em ordem de preferência, instituição, local de oferta, curso e turno.

O curso de Secretariado Executivo é ministrado na modalidade noturna que visa atender a alunos trabalhadores, apresentando uma estrutura didático-pedagógica diferenciada, sem, contudo, ferir os propósitos da qualidade e da sua própria filosofia. A coordenação se dá por um professor escolhido em processo eletivo, por seus pares, membros representantes das unidades curriculares, de acordo com o disposto no regimento geral da UFC. O Curso possui três propostas curriculares: período de 1995.2, que corresponde à data de criação do Curso;

período de 2007.1, a partir da aprovação do PPP de 2006; e o período de 2018.1, após o novo PPC de 2017.

A primeira proposta de integração curricular, no período 1995.2, apresenta a seguinte configuração:

- a) Denominação: Secretariado com habilitação em Secretariado Executivo;
- b) Duração média: 4 anos (8 semestres) e carga horária de 2.176 horas-aulas;
- c) Número de vagas anuais: 30;
- d) Período de oferecimento: concurso vestibular em dezembro;
- e) Vinculação: FEAAC / Campus – Benfica;
- f) Aprovação do Curso no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE): 22 de fevereiro de 1995;
- g) Reconhecimento do Curso pelo MEC: Portaria nº. 2.749, de 12 de dezembro de 2001;
- h) Primeira turma: dezembro de 1999.

Já a segunda proposta de integração curricular, de 2007.1, apresenta a seguinte configuração:

- a) Denominação: Secretariado com habilitação em Secretariado Executivo;
- b) Duração média: 4 anos (8 semestres) e carga horária de 2.752 horas-aulas;
- c) Número de vagas anuais: 40;
- d) Período de oferecimento: concurso vestibular em dezembro;
- e) Vinculação: FEAAC / Campus – Benfica.

E a terceira proposta de integração curricular (2018.1) apresenta a seguinte configuração, conforme UFC (2017):

- a) Denominação: Secretariado Executivo;
- b) Duração média: 4 anos (8 semestres) e carga horária de 2.432 horas-aulas;
- c) Número de vagas anuais: 50;
- d) Período de oferecimento: sistema SISU/ENEM;
- e) Vinculação: FEAAC / Campus – Benfica.

Segundo a UFC (2017), a integração curricular é composta de acordo com os ditames gerais da Pró-reitoria de Graduação, dispondo as disciplinas em regime semestral em oito períodos, contendo disciplinas obrigatórias e optativas. Deixa-se os últimos períodos com um número de disciplinas reduzido, por se tratar de semestres direcionados às atividades de estágio curricular e elaboração do trabalho de conclusão de curso, cuja natureza e complexidade exigem maior dedicação do corpo discente.

Conforme o perfil desejado ao secretário executivo, este deve ensejar a formação de um profissional proficiente, criativo, participativo, conhecedor de gestão estratégica, articulador em negociações que precedam à tomada de decisões, facilitador das relações interpessoais e intergrupais, revelando eficiente domínio de técnicas de sensibilização e de fácil domínio dos diferentes meios de comunicação dentro da organização e com diferentes grupos de clientela e demanda. A UFC (2017) informa que o Curso tem como missão formar profissionais éticos, capazes de atuar nos mais diversos segmentos organizacionais, prestando assessoria gerencial às instituições, mantendo visão holística, promovendo sinergia, compreendendo e disseminando informações.

O objetivo geral constante no Projeto Político Pedagógico do Curso de Secretariado Executivo é o seguinte:

proporcionar aos discentes do Curso de Secretariado Executivo da UFC conhecimento e formação para o exercício pleno das funções secretariais nas diversas organizações, atendendo as demandas da sociedade. (PPC, 2017).

Já em referência aos objetivos específicos propostos pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de Secretariado Executivo, em conformidade com a UFC (2017), são:

- a) formar profissionais capazes de interagir de forma assertiva nas diversas situações no mundo do trabalho;
- b) estimular o raciocínio crítico-reflexivo acerca dos fenômenos organizacionais;
- c) proporcionar subsídios para o desenvolvimento da formação continuada em articulação às instituições de fomento mercadológico;
- d) orientar para o desenvolvimento de atitudes éticas de intervenção e transformação da realidade social;
- e) potencializar o desenvolvimento pessoal e profissional;
- f) proporcionar o desenvolvimento de competências de gestão, com sólido domínio sobre os processos da Administração;
- g) capacitar para a realização de assessoria nos diversos níveis organizacionais, com base em objetivos e metas departamentais e empresariais;
- h) capacitar para a execução das atividades secretariais;
- i) fomentar o desenvolvimento de habilidades para identificar e atuar em novas atribuições demandadas ao secretário executivo;
- j) promover ensino, pesquisa e extensão em Secretariado Executivo para estimular conexão entre as habilidades docentes, investigativas e práticas;

k) desenvolver nos alunos espírito investigativo.

Então, o curso de Secretariado Executivo da UFC tem como princípio formar bacharéis com sólidos conhecimentos acadêmicos, científicos e tecnológicos específicos de seu campo de atuação, preparando-os para o desempenho eficaz de múltiplas relações de acordo com as especificidades de cada organização. É importante proporcionar a execução das técnicas secretariais, gerenciando o fluxo de informações, e, também, lidando com conflitos e mudanças (UFC, 2017).

2.2.2 As atividades complementares como um componente curricular obrigatório do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará

O PPC de Secretariado Executivo da UFC propõe o atendimento às exigências da atuação do profissional. Considera-se o princípio epistemológico da interdisciplinaridade, a qual, na concepção de Veiga (2004), opõe-se à mera oposição à organização justaposta de disciplinas, mas estimula o diálogo entre os conhecimentos estabelecendo vínculos entre diversos saberes e áreas científicas. O Secretariado é uma área de conhecimento que se inter-relaciona com estudos e teorias de outros campos, para o desenvolvimento de suas atribuições, de modo que colabore para o alcance dos objetivos organizacionais e sociais. Aliás, pretende-se que o PPC de Secretariado Executivo possibilite aos estudantes uma formação voltada para a capacidade intelectual em direção à compreensão das relações sociais, por meio de uma visão generalista da realidade das organizações, domínio das competências técnicas, científicas e humanas, valores éticos e responsabilidade social, sendo capazes de refletir sobre o contexto histórico e social no qual estão inseridos (UFC, 2017).

Ainda de acordo com o PPC, conforme norteamento fornecido pelas DCN para o curso de graduação em Secretariado Executivo, devem ser realizadas AC para servir como oportunidade de o aluno alargar seu currículo acadêmico por meio de experiências internas ou externas à UFC, relacionadas à área de conhecimento do Secretariado Executivo. As AC deverão ser comprovadas pelos discentes por meio de documentos comprobatórios emitidos e devidamente assinados pelo responsável do evento/atividade em questão. As atividades deverão somar 128 horas, em conformidade à distribuição prevista no Manual de Atividades Complementares do Curso de Secretariado Executivo.

O discente deverá entregar os documentos para análise pela coordenação no prazo estipulado por ela semestralmente, considerando o tempo hábil para as horas serem inseridas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFC. A inserção das

horas é de responsabilidade da coordenação do Curso, ficando o discente orientado a acompanhar o lançamento em seu histórico no SIGAA. As atividades não receberão nota, mas apenas lançamento de créditos e horas. Estão elencadas no quadro 2 as AC sugeridas aos discentes, divididas em eixos temáticos:

Quadro 2 – Atividades complementares do curso de
Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará

<p>Ensino:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação como debatedor ou facilitador em eventos ou treinamentos; - Programa de Iniciação à Docência (PID); - Facilitador de oficina ou minicurso na UFC ou em outras IES; - Facilitador de workshop ou treinamento em organizações empresariais; - Facilitador de palestras.
<p>Pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA); - Bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); - Participação em Programa de Educação Tutorial (PET); - Bolsa de pesquisa; - Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de eventos de Secretariado; - Publicação de artigo completo em anais de eventos de Secretariado; - Apresentação de banner/painel na área de Secretariado; - Apresentação oral de trabalho na área de Secretariado; - Participação no grupo de pesquisa do curso de Secretariado da UFC; - Participação em grupo de pesquisa vinculado a outro curso da UFC; - Participação em grupo de pesquisa de Secretariado vinculado a outra IES; - Participação em grupo de pesquisa de outras áreas de conhecimento vinculado a outras IES; - Participação em projetos de pesquisas do curso de Secretariado da UFC; - Participação em projeto de pesquisa vinculado a outros cursos da UFC; - Participação em projeto de pesquisa de Secretariado vinculado a outra IES; - Participação em projetos de pesquisa de outras áreas de conhecimento relacionadas ao Secretariado vinculado a outra IES; - Apresentação de trabalho nos Encontros Universitários (EU) da UFC.
<p>Extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bolsa de extensão;

- Bolsa de monitoria de graduação;
- Participação na organização de eventos no curso de Secretariado na UFC;
- Participação em projetos de extensão do curso de Secretariado;
- Participação em projetos de extensão de outros cursos da UFC;
- Participação no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado (NEPES);
- Participação na Feira das Profissões;
- Produção de trabalho técnico no âmbito da UFC ou em outra IES.

Formação complementar:

- Participação como ouvinte em eventos de Secretariado realizados na UFC;
- Participação como ouvinte em eventos na área de Secretariado realizados por outras IES;
- Participação como ouvinte em eventos na área de Secretariado realizados pela Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSECC) ou sindicatos;
- Participação como ouvinte em eventos de áreas relacionadas ao Secretariado promovidos pela UFC;
- Participação como ouvinte em eventos de áreas relacionadas ao Secretariado promovidos por outras IES;
- Participação como ouvinte em eventos de áreas relacionadas ao Secretariado promovidos por organizações não educacionais;
- Participação em visita técnica promovida pelo curso de Secretariado da UFC;
- Participação como ouvinte das defesas públicas de monografias no curso de Secretariado da UFC;
- Curso sobre temas relacionados ao Secretariado promovido pela UFC ou por outra IES;
- Curso sobre temas relacionados ao Secretariado promovido por outras instituições;
- Curso de idiomas;
- Intercâmbio;
- Imersão.

Gestão:

- Participação na INOVA – Empresa Júnior da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Secretariado e Finanças (FEAAC);
- Participação no Centro Acadêmico (CA) do curso de Secretariado;
- Participação no Diretório Central dos Estudantes (DCE);
- Participação nas reuniões de colegiado da coordenação do Curso;
- Participação nas reuniões do Conselho da FEAAC;

- Participação em ações de responsabilidade social;
- Participação como voluntário em Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), organização filantrópica e/ou Organização Não Governamental (ONG).

Fonte: adaptado de UFC (2017).

Esclarece-se que essas atividades possuem valores específicos de carga horária, conforme tabela específica do curso. O anexo no final deste trabalho apresenta informações detalhadas sobre isso.

A seguir, é apresentada a metodologia adotada para a consecução desta pesquisa, esclarecendo tipo de pesquisa, procedimentos, população e amostra, e instrumento usado na coleta de dados.

3 METODOLOGIA

De acordo com Lakatos e Marconi (2009), metodologia é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva de conhecimento, de uma maneira sistemática. Partindo dessa definição, este capítulo apresenta a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, informando o tipo, o instrumento de coleta de dados e a amostra dos sujeitos pesquisados.

Em resumo, para fins de classificação, a presente pesquisa é descritiva e de cunho quali-quantitativo. A pesquisa se desenvolveu a partir de revisão bibliográfica e documental, da qual as referências foram elencadas dando sustentação ao trabalho. Em seguida, foi realizado um levantamento, por meio de questionário virtual, com 34 discentes do curso de Secretariado Executivo da UFC.

3.1 Tipologia da pesquisa

A pesquisa científica surge de um tipo de problema ou de uma interrogação, a qual necessita de investigação, ou seja, deve-se procurar respostas, realizar indagações para chegar ao conhecimento. É uma atividade voltada para a resolução de conflitos e questionamentos, por meio do emprego de processos científicos. Nesse contexto, vale destacar a definição de Andrade (2009):

Pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante a utilização de métodos científicos [...]. Todos os conceitos de pesquisa, de uma ou de outra maneira, apontam seu caráter racional predominante [...] essas conceituações apenas acrescentam detalhes especificadores, mantendo a ideia de procedimento racional que utiliza métodos científicos.

Para Lakatos e Marconi (2009), a pesquisa é um procedimento formal que utiliza como método o pensamento reflexivo, que por sua vez requer um tratamento científico. Para as autoras, a pesquisa se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para tentar descobrir verdades parciais. A pesquisa também pode ser classificada de várias formas, de acordo com os métodos utilizados. Segundo Andrade (2009), a tipologia das pesquisas pode ser classificada de formas que variam conforme critérios que possuem diferentes enfoques.

Neste trabalho, optou-se por uma abordagem mista: quali-quantitativa. Essa opção permitiu considerar os dados levantados, as possibilidades de interpretá-los e, o mais

importante, a despreensão de alcançar uma verdade conclusiva sobre o objeto de análise e o caráter provisório das conclusões apresentadas, pela dinamicidade e porque elas são circunstanciadas a um dado momento histórico. A autora Knechtel (2014) afirma que o estudo quali-quantitativo “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos.”

Ainda com relação ao uso de metodologia quantitativa e qualitativa, Gatti (2002, p. 11) defende que “os conceitos de quantidade e de qualidade não são totalmente dissociados.” De acordo com a autora, se de um lado a quantidade é um tipo de qualificação, pois se trata de uma interpretação específica atribuída a uma grandeza de um fenômeno qualquer, de outro a quantidade precisa ser interpretada qualitativamente, dada sua relação com um referencial.

A pesquisa quantitativa permite a mensuração das opiniões, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente. Denzin e Lincoln (2005) apontam as principais características dessa abordagem:

- a) obedece a um plano pré-estabelecido, com o intuito de enumerar ou medir eventos;
- b) utiliza a teoria para desenvolver as variáveis da pesquisa;
- c) examina as relações entre as variáveis;
- d) emprega instrumental estatístico para a análise dos dados;
- e) confirma as descobertas por dedução, ou seja, realiza previsões específicas de princípios, observações ou experiências;
- f) utiliza dados que representam uma população específica (amostra), a partir da qual os resultados podem vir a ser generalizados; e
- g) usa, como instrumento para coleta de dados, questionários estruturados, elaborados com questões fechadas, testes e checagens, aplicados a partir de entrevistas individuais, apoiadas por um questionário convencional (impresso) ou eletrônico.

Os números e os elementos de medição, segundo Thiollent (1986, p. 48-50), podem existir dentro de uma concepção alternativa de pesquisa, uma vez que podem fortalecer os argumentos. E mesmo que uma precisão nunca seja alcançável, “é interessante sabermos em uma pesquisa se estamos falando de 8 ou 80.” O autor conclui: “de um lado, não se justifica a pretensão estritamente quantitativa da metodologia positivista e, por outro lado, a metodologia de pesquisa científica não se limita ao qualitativo. Precisamos de uma articulação entre os dois tipos de aspectos.”

Já conforme Garnica (2004, p. 86), a pesquisa qualitativa tem transitoriedade em seus resultados, impossibilidade de estabelecer regulamentações em procedimentos sistemáticos, prévios e generalistas. É o tipo de pesquisa que lida com citações diretas dos sujeitos sobre suas experiências e dá importância às referências fornecidas pela população estudada (WILDEMUTH, 1993). Tem um corte temporal e espacial que define o campo e a extensão em que o fenômeno está estudado. Por serem dados simbólicos situados em determinado contexto, revelam parte da realidade e, portanto, não pretendem ser tomados como padrões, mas contribuirão na construção do conhecimento, garantindo grau de validade científica.

Os métodos de investigação se classificam como quantitativos e qualitativos por apresentarem características contrastantes quanto à forma e ênfase, entretanto não são excludentes. Tal classificação não significa que se deva optar por um ou outro. Ao desenvolver o seu estudo, o pesquisador pode utilizar os dois, usufruindo, por um lado, da vantagem de poder explicitar todos os passos da pesquisa e, por outro, da oportunidade de prevenir a interferência de sua subjetividade nas conclusões obtidas. A triangulação de métodos se refere à comparação de dados coletados por abordagens quantitativas e qualitativas, ou seja, diz respeito a adotar métodos diversos para a análise de uma única questão ou objeto de estudo.

Pode ser utilizada a combinação alternada ou a utilização simultânea dos dois métodos para responder à questão de pesquisa. Dessa maneira, as abordagens podem ser complementares e adequadas para minimizar a subjetividade e aproximar o pesquisador do objeto de estudo, respondendo às principais críticas das abordagens qualitativa e quantitativa respectivamente, proporcionando maior confiabilidade aos dados coletados (VERGARA, 2005). É o caso do fio condutor com o qual se realizou este estudo.

Com vista ao caráter interpretativo dialógico desse enfoque, Bogdan e Bilken (1994, p. 54) afirmam que “investigadores qualitativos pensam que o fato de abordarem as pessoas com o fito de compreender o seu ponto de vista, ainda que não constitua algo perfeito, é o que menos distorce a experiência dos sujeitos.” E sobre a pesquisa mista, explicitam bem a questão:

Embora os dados quantitativos recolhidos por outras pessoas (avaliadores e outros investigadores) possam ser convencionalmente úteis tal como foram descritos, os investigadores qualitativos dispõem-se à coleta de dados quantitativos de forma crítica. Não é que os números por si não tenham valor. Em vez disso, o investigador qualitativo tende a virar o processo de compilação na sua cabeça perguntando-se o que os números dizem acerca das suposições das pessoas que os usam e os compilam. [...] Os investigadores qualitativos são inflexíveis em não tomar os dados quantitativos por seu valor facial. (p. 195).

Este pesquisador adere ao indicado por Pereira (2007, p. 94) ao apresentar a fundamentação metodológica da análise dos dados de sua tese:

Este estudo é fruto de uma situação histórica e por isso é datado, embora as questões de que ele trate tenham uma permanência no cenário universitário e no ambiente acadêmico. As contribuições trazidas pelas abordagens quantitativas e qualitativas foram combinadas para que pudéssemos explorar os dados em todos os seus ângulos. Estas abordagens são indicadas para o campo das ciências humanas e referimo-nos aos termos abordagens quantitativas e qualitativas, ao invés de pesquisa quantitativa e qualitativa, por entender que são formas de analisarmos o fenômeno estudado, e não de estruturação do projeto de pesquisa.

A pesquisa realizada neste trabalho também se caracteriza como descritiva. De acordo com Gil (2010), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistêmica, assumindo em geral a forma de levantamento.

Entre as pesquisas descritivas, ressaltam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, gênero, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Andrade (2009) afirma que, nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem a intervenção do pesquisador sobre eles, ou seja, não são manipulados.

Em relação aos procedimentos técnicos e segundo Gil (2010), classifica-se a presente investigação como:

- a) pesquisa bibliográfica: elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, internet etc.;
- b) pesquisa documental: elaborada a partir de material que não recebeu tratamento analítico; e
- c) levantamento: pesquisa que envolve questionamento direto das pessoas, cujo comportamento se deseja conhecer.

Assim sendo, “a pesquisa bibliográfica trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica.” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 54). Isso posto, realizou-se inicialmente o estudo bibliográfico necessário para a obtenção de informações.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações, em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 57).

Posteriormente, foi feita uma coleta documental, para fornecimento de dados que complementassem a pesquisa. A coleta documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois a primeira forma se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc. (GIL, 2010).

Por fim, fez-se o levantamento com o público-alvo. Levantamento consiste na solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas sobre a problemática estudada para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2010).

3.2 Instrumento de coleta da pesquisa

Para a concepção deste trabalho foi utilizado como instrumento o questionário. Lakatos e Marconi (2009) definem o questionário como um tipo de instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, as quais devem ser respondidas por escrito, sem a devida presença do entrevistador.

Young e Lundberg (*apud* SILVA; MENEZES, 2001) fazem algumas recomendações úteis para a construção de um questionário:

O questionário deverá ser construído em blocos temáticos obedecendo a uma ordem lógica na elaboração das perguntas; a redação das perguntas deverá ser feita em linguagem compreensível ao informante. A linguagem deverá ser acessível ao entendimento da média da população estudada. A formulação das perguntas deverá evitar a possibilidade de interpretação dúbia, sugerir ou induzir a resposta; cada pergunta deverá focar apenas uma questão para ser analisada pelo informante; o questionário deverá conter apenas as perguntas relacionadas aos objetivos da pesquisa. Devem ser evitadas perguntas que, de antemão, já se sabe que não serão respondidas com honestidade. (SILVA, 2001, p. 34).

O questionário, no formato eletrônico, foi elaborado na plataforma Google Forms e dividido em duas seções, sequenciadas em conformidade aos objetivos deste trabalho. A primeira seção é composta por itens que versam sobre o perfil do respondente (semestre, ocupação atual e se possui outro curso superior). A segunda seção é constituída por assertivas sobre as AC na visão de cada respondente: qual o entendimento dos discentes sobre elas; quais as mais realizadas pelos estudantes, apresentando como opções aquelas citadas no PPC (além de possibilitar o acréscimo de outras não listadas); o período ideal de realização das AC; as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento etc. Para mais detalhes, o questionário se encontra no apêndice deste estudo.

3.3 Coleta e tratamento dos dados

A pesquisa de campo foi embasada por meio do questionário, tendo como objetivo aprofundar a investigação da pesquisa proposta, não havendo necessidade de equipamentos especiais e sendo apresentado aos estudantes do curso de Secretariado Executivo. Para Lakatos e Marconi (2009), a coleta de dados é a etapa da pesquisa onde se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos.

Assim, aplicou-se um questionário, elaborado pelo autor, composto de perguntas objetivas e subjetivas para obter os dados junto aos discentes. O instrumento da pesquisa foi encaminhado virtualmente, mediante correio eletrônico e redes sociais. A coleta de dados aconteceu durante os dias 11 a 23 de janeiro de 2022 (após o período citado, o pesquisador não mais aceitou respostas).

O tamanho da amostra foi de 34 participantes e condicionado à disposição de tempo e interesse dos sujeitos abordados em responder o instrumento de coleta, tendo em vista que se tratou de uma participação voluntária. Mesmo sendo possível delimitar numericamente o universo da pesquisa, considerou-se a afirmativa de Triola (2012) de que, em determinadas situações, o tamanho da população é irrelevante para a determinação do tamanho amostral. Diante disso, os únicos critérios de definição da amostra foram: ser discente do curso de Secretariado Executivo da UFC (com matrícula ativa) e concordar em participar do estudo.

A decisão em participar da pesquisa foi fruto da liberdade do estudante e não estava condicionada, sob nenhuma hipótese, a interesses ou promessas que pudessem modificar o resultado da sua opção. Para tanto, respalda-se em Clotet, Francisconi e Goldim (2005, p. 70):

Os pesquisadores deverão ser esclarecidos sobre os limites de sua autoridade e as diferenças existentes entre persuasão e coação. Os possíveis sujeitos da pesquisa deverão ter compreensão de seus direitos e da garantia real de que a sua negativa em participar não trará qualquer repercussão em termos assistenciais ou sociais. [...] A prática de obter o consentimento informado requer do profissional a consideração do paciente ou sujeito da pesquisa – ainda que aparente uma pessoa carente em múltiplos aspectos – como ser autônomo e merecedor de respeito.

Portanto, conforme especificado na apresentação do questionário (no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), foi propiciado ao estudante o direito de recusar ou interromper a pesquisa, a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Não haviam riscos ou desconfortos que pudessem inviabilizar a participação dos sujeitos e a compreensão do processo evitou a vulnerabilidade que poderia limitar ou anular a autonomia deles.

Por outro lado, a análise dos resultados corresponde ao trabalho realizado pelo pesquisador com as informações colhidas por intermédio do questionário, que engloba classificação, organização e interpretação de dados. Neste caso, os dados coletados durante a pesquisa foram avaliados de forma quanti-qualitativa e são apresentados em quadros e gráficos para facilitar a análise dos resultados. Todos os resultados apresentados foram analisados de acordo com o tipo de questão, considerando as opções respondidas ou a escala das respostas.

Para a interpretação dos dados, com evidência de conclusões, foi usada análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados qualitativos muito utilizada. Segundo Triviños (1996, p. 161), o processo de análise de conteúdo pode ser feito da seguinte forma: pré-análise (organização do material); descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização); e interpretação referencial (tratamento e reflexão).

De acordo com Bardin (2011, p. 15):

O que é a análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência.

Na fase de pré-análise, faz-se:

- a) uma leitura flutuante do material, para ver do que se trata;
- b) escolhe-se os documentos que serão analisados (a priori) ou seleciona-se os documentos que foram coletados para a análise (a posteriori);
- c) constitui-se o corpus com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência;

- d) formulam-se hipóteses e objetivos; e
- e) prepara-se o material.

Logo após, na fase de exploração do material, têm-se as etapas de codificação e categorização do material. Na codificação, recortam-se as unidades de registro e de contexto. As unidades de registro podem ser a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento ou o documento. Para selecionar as unidades de contexto, levam-se em consideração o custo e a pertinência. Também se enumeram de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente. A enumeração se faz mediante a presença (ou ausência), frequência, frequência ponderada, intensidade, direção, ordem e coocorrência (análise de contingência). Depois da codificação, categoriza-se, seguindo os seguintes critérios: semântico, sintático, léxico ou expressivo.

Finalmente, na fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, há a inferência, que é um tipo de interpretação controlada. Para Bardin (1977, p. 133), a inferência poderá “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor.” Por isso, atenta-se para:

- a) o emissor ou produtor da mensagem;
- b) o indivíduo (ou grupo) receptor da mensagem;
- c) a mensagem propriamente dita; e
- d) o médium, o canal por onde a mensagem foi enviada.

Outra técnica de análise de dados empregada foi a estatística descritiva, que descreve as características dos dados obtidos e confere ao estudo o caráter quantitativo. Os dados obtidos estão representados em forma de gráficos, permitindo uma descrição imediata do fenômeno, além de possibilitar uma visualização geral, atrativa e expressiva do conjunto de informações (FERRÃO, 2005). Além dos gráficos, para auxiliar na apresentação dos dados, foi feita a representação escrita, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), é a apresentação dos dados que foram coletados sob a forma de texto.

Tais métodos foram escolhidos por permitirem uma melhor visualização dos dados coletados a partir das respostas do questionário. O capítulo seguinte apresenta a análise e interpretação dos dados.

4 RESULTADOS

O processo de construção de conhecimento, segundo Vergara (2005), envolve os dados coletados, os quais representam a "matéria-prima" bruta, a partir dos quais as operações lógicas e análises criam informações e, finalmente, essas últimas são interpretadas e transformadas para gerar conhecimento.

O primeiro resultado importante é que 34 discentes responderam à pesquisa, com o devido consentimento e todas as questões preenchidas de forma válida. Inicialmente, para compor o perfil dos discentes, foi perguntado quais eram seus semestres, suas ocupações atualmente e se possuíam outro curso superior. Com relação aos semestres, os resultados foram bem variados:

Tabela 1 – Semestres dos discentes

SEMESTRE	DISCENTES (%)
2º semestre	14,7%
4º semestre	2,9%
6º semestre	23,5%
7º semestre	14,7%
8º semestre	32,4%
10º semestre	5,9%
12º semestre	5,9%

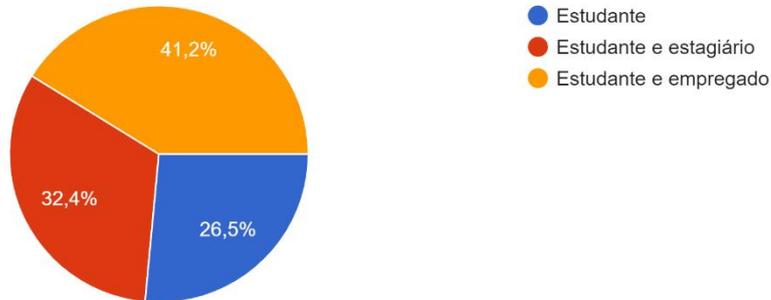
Fonte: dados da pesquisa (2022).

Isso mostra que a pesquisa teve um alcance considerável nas turmas do curso de Secretariado Executivo da UFC. Em relação às ocupações e formação em outros cursos superiores, as respostas foram as seguintes (gráficos 1 e 2):

Gráfico 1 – Ocupação atual dos discentes

Qual a sua ocupação atualmente?

34 respostas

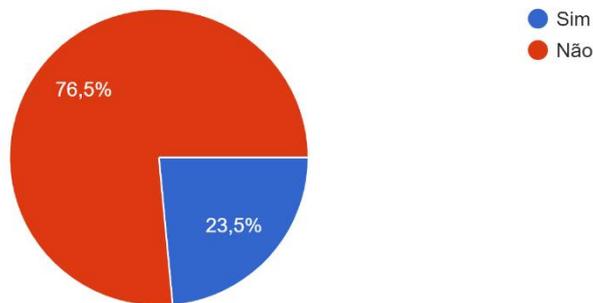


Fonte: dados da pesquisa (2022).

Gráfico 2 – Formação dos discentes em outro curso superior (completo)

Você possui outro curso superior (completo)?

34 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Diante do exposto nos gráficos, vê-se que boa parte dos alunos está no mercado de trabalho, estagiando ou trabalhando, e alguns deles já possuem outro curso superior. Na segunda parte da pesquisa, começaram-se as indagações a respeito das perspectivas dos respondentes sobre as AC. Primeiramente, perguntou-se o que os estudantes entendiam por AC e as respostas foram as seguintes (quadro 3):

Quadro 3 – Entendimento dos discentes sobre as AC (*ipsis litteris*)

Discente A	<i>“São atividades complementares à formação acadêmica, como uma espécie de ‘extra’. Já que na universidade é trabalhado todo um formato de educação profissional, com direito à pesquisa e extensão, as atividades complementares</i>
-------------------	--

	<i>são necessárias para justamente complementar essa formação e fornecer mais conhecimento.”</i>
Discente B	<i>“Atividades que fazem parte da construção acadêmica e social dos discentes e complementam o que foi absorvido durante o curso. Por esse motivo, as atividades complementares têm uma carga horária obrigatória e subdividida em diferentes categorias para que essa construção seja efetiva.”</i>
Discente C	<i>“Atividades extras que fazem parte da grade curricular do curso, mas que podem ser moldadas de acordo com as necessidades e demandas dos estudantes. Essas atividades ajudam no desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades inerentes ao curso.”</i>
Discente D	<i>“Como a própria nomenclatura sugere, são ‘momentos’, por assim dizer, cujo intuito é de corroborar com a área de formação a nível técnico, social e científico através de atividades práticas, em sua maioria.”</i>

Fonte: elaborado pelo autor.

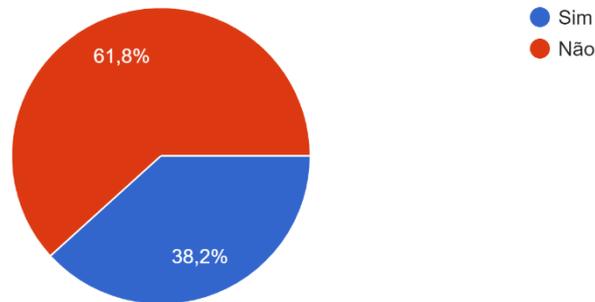
Observa-se que, de modo geral, os alunos compreendem bem o conceito de AC. Todas as declarações foram ao encontro da referência do MEC (2014), de que as AC de um curso de graduação são todas e quaisquer atividades que visem à complementação do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a contextualização e a flexibilização do currículo, assegurando a introdução de novos elementos teórico-práticos, construídos pelo próprio estudante, de modo a permitir a sua formação permanente, por meio de atividades não pré-definidas na organização curricular do curso.

A segunda pergunta questionava se os discentes consideravam ter sido orientados adequadamente sobre as AC do curso de Secretariado Executivo (gráfico 3). Por outro lado, também foi perguntado se eles buscaram informações a respeito das AC do curso, como mostra o gráfico 4:

Gráfico 3 – Orientação adequada aos discentes sobre as AC do curso de Secretariado Executivo

Você considera que foi orientado adequadamente sobre as AC do curso de Secretariado Executivo?

34 respostas

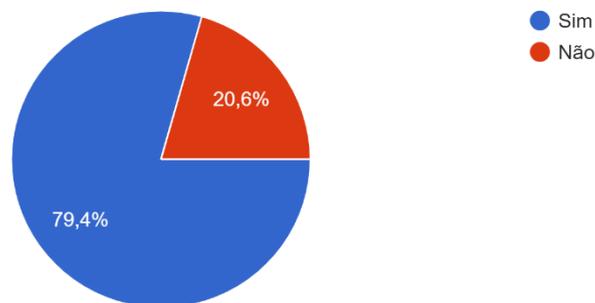


Fonte: dados da pesquisa (2022).

Gráfico 4 – Busca dos discentes de informações a respeito das AC do Curso

Você buscou informações a respeito das AC do curso?

34 respostas



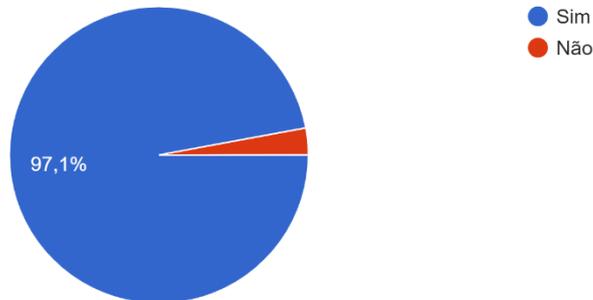
Fonte: dados da pesquisa (2022).

Nota-se que quase 2/3 dos discentes consideram não ter sido orientados de maneira adequada sobre as AC do Curso. Em contraponto, quase 80% declarou que buscou sim informações a respeito das AC. Conforme Brasil (2005), nessas atividades o educando deve ser incentivado à permanente atualização profissional, pois elas estimulam o desenvolvimento científico, o pensamento reflexivo e a criação de cultura. Como são realizadas atividades de extensão, existe uma difusão da pesquisa científica e tecnológica, estabelecendo uma relação de reciprocidade com a comunidade.

Na pergunta seguinte os discentes responderam se tinham ciência da obrigatoriedade das AC no Curso, conforme o gráfico 5:

Gráfico 5 – Conhecimento dos discentes acerca das AC como um componente curricular obrigatório do Curso

Você sabia que as AC são um componente curricular obrigatório do curso?
34 respostas



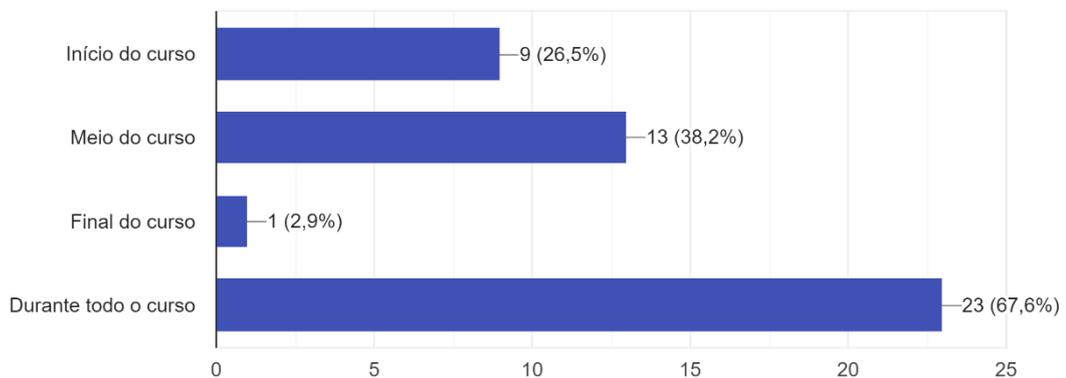
Fonte: dados da pesquisa (2022).

Evidenciou-se que quase a totalidade dos educandos reconhece a obrigatoriedade do cumprimento das AC. É importante frisar que elas não devem ser vistas apenas como um requisito a ser cumprido para diplomação, mas como um aprimoramento que dá entrada a um leque de opções a serem exploradas dentro das diversas áreas do mercado de trabalho.

Depois disso, os alunos indicaram o momento ideal para o desenvolvimento das AC, segundo suas percepções. O gráfico 6 expõe os resultados:

Gráfico 6 – Período ideal para a realização das AC na visão dos discentes

Que momento(s) você considera mais apropriado(s) para a realização das AC?
34 respostas

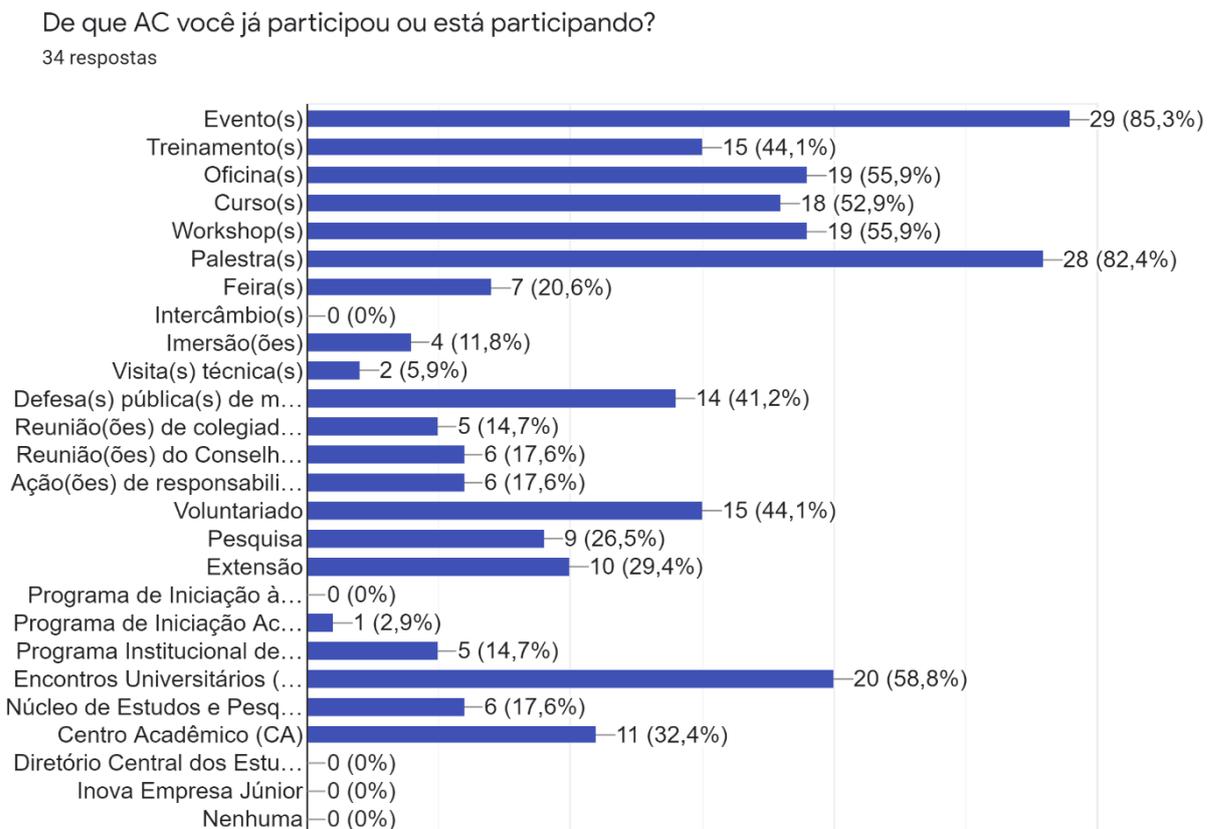


Fonte: dados da pesquisa (2022).

Percebeu-se que a maioria dos estudantes concorda que a realização das referidas atividades deve acontecer no decorrer do curso; resultado, esse, positivo, tendo em vista que não é interessante acumular as AC para o final do curso, pois requerem tempo, critério de escolha e dedicação para realizá-las.

Logo após, os discentes foram direcionados a marcar em uma lista as AC das quais já haviam participado ou estavam participando:

Gráfico 7 – AC que os discentes já participaram ou estão participando



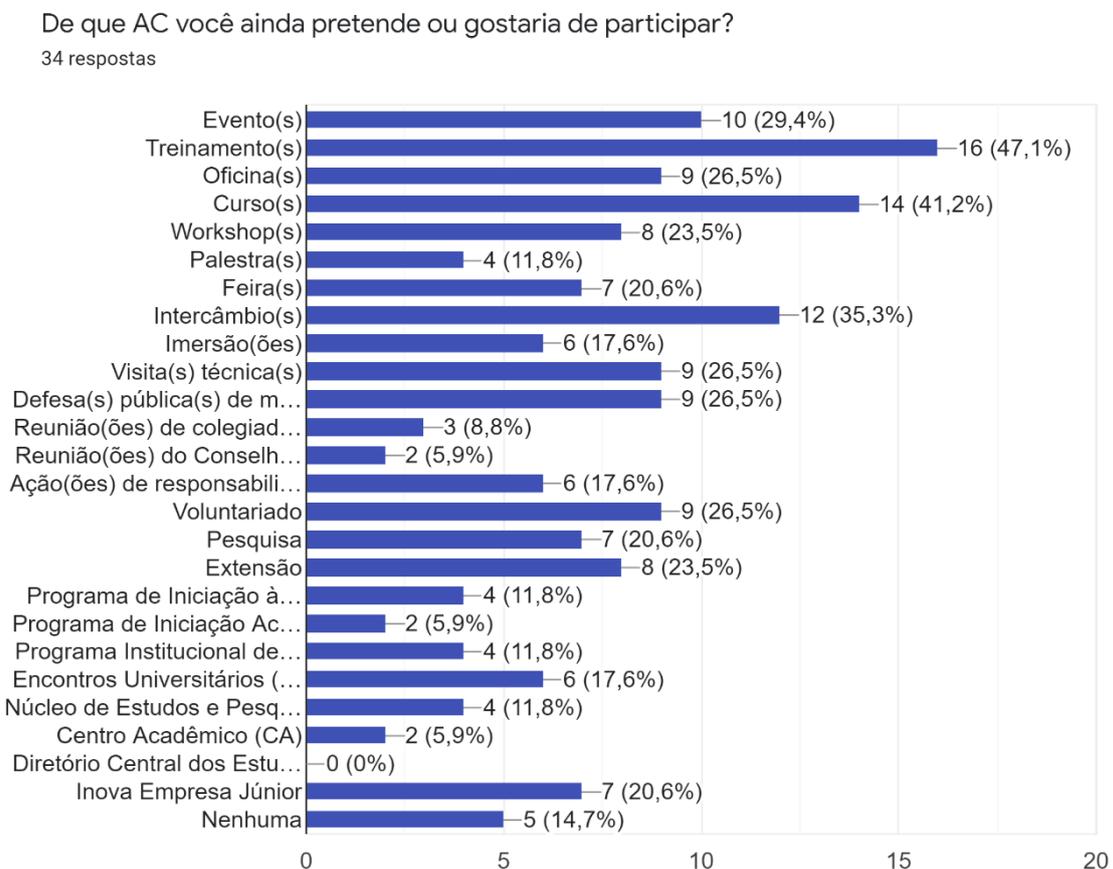
Fonte: dados da pesquisa (2022).

Constata-se que as AC com maior participação dos alunos são os eventos, as palestras, os EU da UFC, as oficinas, os workshops e os cursos. Também se destacaram os treinamentos, o voluntariado e as defesas públicas de monografia. Tais atividades têm como objetivo o aumento da criatividade, a produção do conhecimento e a articulação entre teoria e prática, além de permitirem ao aluno uma complementação e atualização do conteúdo ministrado nas disciplinas do curso, contribuindo assim para o desenvolvimento de posturas de cooperação, comunicação e liderança.

A necessidade de “atividades extraclasse tais como seminários, aulas de campo, visitas e estágios que propiciem diversificação de situações de aprendizagem fora do âmbito da sala de aula” vem se tornando cada vez mais relevante (CIDRAL *et al.*, 2001). Além das AC listadas como opções, foram citadas ainda a Associação Atlética Acadêmica da FEAAC (5,9%) e o Centro de Empreendedorismo (CEMP) da UFC (2,9%).

Os estudantes ainda responderam quanto as AC das quais pretendiam ou gostariam de desenvolver durante o Curso. O gráfico 8 traz as informações dadas:

Gráfico 8 – AC que os discentes ainda pretendem ou gostariam de participar



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Revela-se que os educandos têm mais interesse em participar futuramente de: treinamentos; cursos; intercâmbio; e eventos. Em contraposição, alguns estudantes explicitaram não querer fazer mais nenhuma AC, provavelmente por já estarem concluindo a graduação e/ou terem cumprido esse componente curricular.

Para Rosa (2001), a educação do acadêmico, nesse cenário, deve ser uma resposta organizada a desejos e necessidades educativas, profissionais e culturais da sociedade em que está ou vai se inserir. Esses desejos educativos de multiculturalidade, de adaptação e de mobilidade no mundo do trabalho implicam maior grau de personalização e de participação, assim como maiores possibilidades de controle, domínio e antecipação dos acontecimentos.

Na penúltima pergunta, os alunos expuseram as dificuldades que lidam para conseguir êxito nas AC. Os resultados estão dispostos no quadro 4:

Quadro 4 – Desafios enfrentados pelos discentes no desenvolvimento das AC (*ipsis litteris*)

Discente E	<p><i>“1º Falta de apoio pela própria instituição.</i></p> <p><i>2º Falta de conhecimento explícito sobre as oportunidades que cada AC tem a oferecer.</i></p> <p><i>3º Desânimo quanto à divulgação de atividades internas, a fim de atrair mais interessados.</i></p> <p><i>4º Falta de engajamento/interação entre AC’s.</i></p> <p><i>5º ‘Limitação’ tácita acerca das relações entre estudantes.</i></p> <p><i>6º Desorganização interna, da parte da instituição, e às vezes das próprias atividades.</i></p> <p><i>7º Desconhecimento quanto à importância da existência das AC’s.</i></p> <p><i>8º Desconhecimento do verdadeiro papel de algumas atividades.”</i></p>
Discente F	<p><i>“A relação existente entre carga horária específica por atividade; é necessário se colocar atividades realmente diretamente relacionadas ao curso em específico. Com a justificativa adequada para, por exemplo, definir quantidade X de horas em atividades de lazer, como teatro ou cinema. Atividades relacionadas à cultura são importantes. Por qual motivo? Deixar claro esses pormenores favorece o entendimento da real necessidade de cumprir a carga horária das atividades complementares.”</i></p>
Discente G	<p><i>“Após começar os estágios, foi muito complicado conciliar os projetos e atividades. Imagino que tenha tido maior facilidade nos últimos anos, quando pude vivenciar mais projetos mesmo durante o estágio devido à flexibilidade do home office. Mas imagino que seja difícil e quase impossível para os estudantes que trabalham num regime de 8h diariamente, ainda mais em regime presencial de aulas.”</i></p>

Discente H	<i>“A maioria dos alunos de Secretariado Executivo não dispõe de tempo. Não trago dados, trago opinião de vivência em atendimento aos estudantes! Com isso, a exigência de mais de 120 horas eu acho pouco dificuldade para os alunos. Pois para além do aluno completar as exatas 120h tem o agravante da coordenação não aceitar o certificado ou não integrar todo em sistema.”</i>
-------------------	--

Fonte: elaborado pelo autor.

Compreende-se que os respondentes apresentam inúmeras dificuldades no cumprimento das AC do curso, principalmente com relação à falta de tempo ou à má gestão dele. No tocante a esses desafios, as AC são, inegavelmente, interessantes para serem aplicadas no curso, mas é preciso que estejam integradas à organização curricular e não apenas acopladas a ela. As AC devem ser cuidadosamente planejadas nos PPC e o seu desenvolvimento deve garantir a integração dos conteúdos da proposta curricular, ditos internos, do curso com aqueles considerados externos, mas com o mesmo grau de relevância para a formação do egresso (ANTONIOLI, 2001).

Na última pergunta do questionário, os discentes tiveram que responder à pergunta principal desta monografia: qual a relevância das AC na perspectiva deles. Os resultados estão discriminados abaixo, dentro do quadro 5:

Quadro 5 – Importância das AC na percepção dos discentes (*ipsis litteris*)

Discente I	<i>“Colocar em prática ‘conhecimentos adquiridos em sala’, apesar do pouco desenvolvimento de conhecimentos na prática secretarial. Participar e trocar conhecimento com outras áreas de conhecimento, como também transmitir aprendizados dependendo da ação de interesse do aluno. É nas atividades complementares que podemos conhecer outros mundos e vivências através de palestras, adquirir novos conhecimentos (cursos, oficinas), impactar a sociedade atuando como modificador social (extensão).”</i>
Discente J	<i>“É importante pois possibilita, forçosamente, ao aluno a busca por outras formas de aprendizado. O ideal seria que cada um buscasse, por iniciativa própria, outras formas de se desenvolver, mas como, culturalmente, tendemos a preferir o mais fácil e cômodo, é necessário a criação de alternativas que forcem a maioria ir em busca de conhecimento e desenvolvimento.”</i>
Discente K	<i>“Com toda certeza, é muito importante para o desenvolvimento profissional e pessoal dos estudantes. Poder colocar em prática assuntos estudados em</i>

	<i>sala de aula, poder trabalhar com outros alunos do curso ou de outros cursos e vivenciar outras visões de futuro e de mercado.”</i>
Discente L	<i>“A importância das ACs consiste em auxiliar o estudante no seu processo de formação, além de fomentar aspectos como o networking e ganho de conhecimentos mais práticos; são boas oportunidades de assimilar conteúdos abordados na sala de aula.”</i>

Fonte: elaborado pelo autor.

Salienta-se que os respondentes, em suas declarações, consentem a relevância das AC. Não à toa, essas atividades vêm crescendo em importância, consolidando a concepção moderna de currículo que vai além da grade de disciplinas, incorporando vivências, experiências, autoaprendizado e exercícios acadêmicos que não se restrinjam à sala de aula. Araújo Filho (2005) defende que os aspectos do perfil profissional que envolvam atitudes e valores dificilmente poderão ser estimulados e desenvolvidos apenas mediante processos tradicionais de ensino-aprendizagem.

Por meio desses resultados, pode-se dizer que o objetivo geral desta monografia foi atingido e que as AC realmente contribuem para a formação dos discentes de Secretariado Executivo da UFC, pois elas fornecem habilidades técnicas e comportamentais, adquiridas na vida acadêmica, e influenciam na empregabilidade dos futuros secretários em meio ao ambiente organizacional, bem como no aspecto social dos indivíduos. Seguem, no próximo capítulo, as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a percepção dos alunos do curso de Secretariado Executivo da UFC sobre as AC, sendo estas um exercício de conteúdos e experiências, de práticas da pluridisciplinaridade, ou seja, o que vai muito além das disciplinas.

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa foi possível perceber que a maioria dos discentes tem o entendimento de que as AC devem estar relacionadas a programas de estudos ou projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo que uma porcentagem significativa de discentes já desenvolveu várias das atividades. Observou-se também que todos os estudantes reconheceram a importância das AC e muitos citaram que elas contribuem no enriquecimento do processo de aprendizagem do curso.

A análise da opinião dos respondentes também evidenciou que o momento mais oportuno para desenvolver as AC seria, na verdade, durante todo o curso, ficando claro que se deve estar atualizado na sua área de conhecimento constantemente, indo além daquilo que está na grade curricular do curso, para conquistar uma carreira de sucesso. Outro ponto importante que o estudo mostrou foi que uma boa parte dos alunos entra no curso de Secretariado Executivo da UFC e não tem muita ciência nem orientação acerca das AC, não sabe quais são elas.

Quanto à análise no que condiz a um dos objetivos deste trabalho que seria verificar as AC mais realizadas pelos discentes, averiguou-se que são, sobretudo: eventos, cursos e voluntariado. Em contrapartida, descobriu-se o interesse dos estudantes em participar de treinamentos e intercâmbio(s) futuramente. Como principal desafio para o desenvolvimento das AC, destacou-se a gestão do tempo durante a correria cotidiana.

Com tudo isso, considera-se que os conhecimentos adquiridos além da universidade são imprescindíveis e demonstram ter influência na carreira dos futuros secretários executivos, pois o cenário do mercado de trabalho requer profissionais que busquem conhecimentos variados e diferenciados. Porém, muitas vezes esses conhecimentos não fazem parte da matriz curricular do curso de graduação, cabendo ao discente buscá-los por meio da procura em áreas afins.

Nesta pesquisa, a percepção adquirida pelos respondentes em relação às AC foi bastante positiva, reforçando que as atividades desenvolvidas em diversos cenários, dentro e/ou fora da universidade, promovem o desenvolvimento de diferentes competências. Nesse sentido, a universidade também tem como responsabilidade, além da formação profissional específica, a formação do profissional-cidadão e faz-se necessário repensar atividades que tenham maior

aceitação e participação dos alunos. Por conseguinte, como o próprio nome diz, as AC visam inclusive “complementar” o perfil de formação dos egressos.

A efetiva participação do estudante nas AC contribui para a ampliação da formação geral, capacitando-o para a análise e compreensão dos problemas sociais e dos aspectos referentes ao seu processo de formação profissional e de cidadão, habilitando-o ao exercício da aprendizagem continuada e ao aprimoramento da postura ética, da formação humanística e generalista e à consciência das suas responsabilidades sociais. Entende-se que a participação do discente no fazer universitário, propiciada pelas AC, é de grande valor para a sua formação.

O presente trabalho não tem por finalidade encerrar as pesquisas sobre as AC e sim deixar margem para tal assunto, cumprindo-se, assim, o sentido de complementaridade científica. Evidentemente, os resultados não podem ser generalizados e se limitam à amostra abordada. Inclusive, o maior desafio desta monografia foi o cenário de pandemia de COVID-19, que impossibilitou a abordagem presencial aos discentes. Portanto, estudos adicionais precisam ser desenvolvidos e para investigações futuras acerca do tema proposto, podem ser tratados os indicadores aqui analisados ou mais.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR.

Documentos e legislação. Disponível em: <www.abmes.org.br/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação.** Brasília: ABMES, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Parecer nº 8, de 31 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces008_07.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Parecer nº 3, de 10 de abril de 2006.** Reexamina o Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Parecer nº 5, de 12 de maio de 2006.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Parecer nº 134, de 4 de junho de 2003.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces-0134.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Parecer nº 67, de 11 de março de 2003.** Referencia as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067_03.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Parecer nº 28, de 8 de maio de 2001.** Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Parecer nº 583, de 4 de abril de 2001.** Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001.** Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Parecer nº 776, de 3 de dezembro de 1997.** Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 de julho de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. CNE. **Resolução nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. MEC. **Portaria nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994.** Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/dir_dire.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. UFC. **Resolução nº 7, de 17 de junho de 2005.** Dispõe sobre as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFC. Disponível em: <<http://www.ufc.br/extensao>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação da Educação Superior.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/pdf/sinaes.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Edital nº 4, de 10 de dezembro de 1997.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/e04.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Secretariado Executivo.** UFC: Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=657453>. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. **Legislação - CEPE.** Disponível em: <<http://www.ufc.br/extensao>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, J.; FREIRE, I. A gestão da sala de aula. *In*: G. L. Miranda & S. Bahia (ed.), **Psicologia da educação, temas de desenvolvimento, aprendizagem e ensino**. Lisboa: 2002.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ANTONIOLI, M. E. **Diretrizes curriculares, atividades complementares e legislação educacional**. 2001. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=100&cf=7>>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- ARAÚJO FILHO, M. S. As humanidades nos cursos de graduação em engenharia: a visão das comissões de especialistas do exame nacional de cursos. **Revista Iberoamericana de Educación**. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/hp_prg_cgg/artigo1.htm>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOGDAN, R.; BILKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, Márcia Nogueira. **Formação do profissional Secretário Executivo na UFC: currículo, competência e cidadania**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 2010.
- CIDRAL, A. *et al.* A abordagem por competências na definição do perfil do egresso de cursos de graduação. *In*: XXIX COBENGE, 2001, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 1 CD-ROM.
- CLOTET, J.; FRANCISCONI, C. F.; GOLDIM, J. R. (org.). **Consentimento informado e a sua prática na assistência e pesquisa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2005.
- DIAS SOBRINHO, J. Processo de Bolonha. **Educação Temática Digital**. Campinas, v. 9, n. esp., p. 107-132, dez. 2007.
- ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FERRÃO, Romário Gava. **Metodologia Científica para iniciantes em pesquisa**. 2. ed. Vitória: Incaper, 2005.
- FIOR, C. A. **Contribuições das atividades não obrigatórias na formação do universitário**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.
- FRAUCHES, C. C. (org.). **Educação superior comentada – políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior**. Ano 1, n. 15. Brasília, ABMES, 2011. Disponível em: <www.abmes.org.br/abmes/noticias/detalhe/id/247>. Acesso em: 25 dez. 2021.

FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAIOSO, N. P. de L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Brasília: 2005.

GARNICA, A. V. M. História oral e educação matemática. *In*: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (org.). **Pesquisa qualitativa em educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

GIL, Antônio Garcia. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Editora Atlas S.A. 5. ed. São Paulo, SP, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, E. M. A. **Reforma de Harvard**. Livre-docência. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, SP, Brasil, 2007.

PERRENOUD, P. **Construir a competência desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

RIBEIRO, C. **Aprender a aprender**: algumas considerações sobre o ensino de estratégias de estudo. *Máthesis*, 11, 273-286, 2002.

ROSA, L. M. **A educação de adultos no terceiro milênio**. Set. 2001. Disponível em: <<http://www.sinepe-sc.org.br/jornal/out98/geral.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://cafarufrj.files.wordpress.com/2009/05/metodologia_pesquisa_elaboracao.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2021.

VEIGA, I. P. A. **Educação básica e educação superior**: projeto político pedagógico. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WILDEMUTH, B. **Post-positivist research**: two examples of methodological pluralism. *Library Quarterly*. V. 63, n. 4, p. 450-468, oct. 1993.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DISCENTES DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

11/01/2022 21:34

A RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE SECRETARIADO EXECUT...

A RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Prezado respondente, seja bem-vindo à minha pesquisa de monografia!

Para continuar, leia o Termo de Consentimento e, se estiver de acordo, clique em "avançar".

*Obrigatório

1. E-mail *

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a relevância das atividades complementares na percepção dos discentes de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará.

Observações:

1. Não há respostas certas nem erradas, sendo necessário apenas sinceridade ao responder todas as questões.
2. As informações coletadas neste questionário são confidenciais, sendo utilizadas apenas para fins acadêmicos, e os resultados obtidos serão apresentados com a garantia do anonimato dos respondentes.
3. A pesquisa não gerará ônus aos participantes e estes se enquadram como voluntários, sem pagamento por parte do pesquisador.

Contato do responsável:

jefdeandrade@yahoo.com (Jeferson Cristhian Alexandre de Andrade).

2. Consentimento da participação como sujeito *

Tendo compreendido tudo o que me foi informado sobre minha participação no mencionado estudo, concordo em dele participar, sem que para isso eu tenha sido obrigado.

Marcar apenas uma oval.

Avançar

Perfil do respondente

3. Em qual semestre você está? *

Marcar apenas uma oval.

- 1º
- 2º
- 3º
- 4º
- 5º
- 6º
- 7º
- 8º
- 9º
- 10º
- 11º
- 12º

4. Qual a sua ocupação atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- Estudante
- Estudante e estagiário
- Estudante e empregado

5. Você possui outro curso superior (completo)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Percepções do discente

6. O que você entende por Atividades Complementares (AC)? *

7. Você considera que foi orientado adequadamente sobre as AC do curso de Secretariado Executivo? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. Você buscou informações a respeito das AC do curso? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

9. Você sabia que as AC são um componente curricular obrigatório do curso? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. Que momento(s) você considera mais apropriado(s) para a realização das AC? *

Marque todas que se aplicam.

- Início do curso
- Meio do curso
- Final do curso
- Durante todo o curso

11. De que AC você já participou ou está participando? *

Marque todas que se aplicam.

- Evento(s)
 - Treinamento(s)
 - Oficina(s)
 - Curso(s)
 - Workshop(s)
 - Palestra(s)
 - Feira(s)
 - Intercâmbio(s)
 - Imersão(ões)
 - Visita(s) técnica(s)
 - Defesa(s) pública(s) de monografia
 - Reunião(ões) de colegiado da coordenação do curso
 - Reunião(ões) do Conselho da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC)
 - Ação(ões) de responsabilidade social
 - Voluntariado
 - Pesquisa
 - Extensão
 - Programa de Iniciação à Docência (PID)
 - Programa de Iniciação Acadêmica (BIA)
 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
 - Encontros Universitários (EU)
 - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo (NEPES)
 - Centro Acadêmico (CA)
 - Diretório Central dos Estudantes (DCE)
 - Inova Empresa Júnior
 - Nenhuma
- Outro: _____

12. De que AC você ainda pretende ou gostaria de participar? *

Marque todas que se aplicam.

- Evento(s)
- Treinamento(s)
- Oficina(s)
- Curso(s)
- Workshop(s)
- Palestra(s)
- Feira(s)
- Intercâmbio(s)
- Imersão(ões)
- Visita(s) técnica(s)
- Defesa(s) pública(s) de monografia
- Reunião(ões) de colegiado da coordenação do curso
- Reunião(ões) do Conselho da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC)
- Ação(ões) de responsabilidade social
- Voluntariado
- Pesquisa
- Extensão
- Programa de Iniciação à Docência (PID)
- Programa de Iniciação Acadêmica (BIA)
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
- Encontros Universitários (EU)
- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo (NEPES)
- Centro Acadêmico (CA)
- Diretório Central dos Estudantes (DCE)
- Inova Empresa Júnior
- Nenhuma

Outro: _____

13. Que dificuldade(s) você enfrenta no desenvolvimento das AC? *

11/01/2022 21:34

A RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE SECRETARIADO EXECUT...

14. Por fim, qual a importância das AC? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO – AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFC



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

RESOLUÇÃO Nº 07/CEPE, DE 17 DE JUNHO DE 2005.

**Dispõe sobre as Atividades Complementares nos
Cursos de Graduação da UFC.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC), no uso de suas atribuições legais e estatutárias e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sua reunião de 17 de junho do corrente ano, na forma do que dispõe o inciso V, do artigo 53 da Lei nº 9.394, de 20.12.96, a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, os Pareceres CNE/CES: 776, de 3/12/1997; 583, de 4/4/2001; 109, de 13/3/2002; 67, de 1/3/2003; 108, de 7/5/2003; 136, de 4/7/2003 e 210, de 8/7/2004, combinados com os artigos 13, letra c e 25, letra s, do estatuto em vigor e

Considerando:

- a) as disposições contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada Curso de Graduação/Área de Conhecimento;
- b) os Projetos Pedagógicos de cada Curso de Graduação da Instituição;
- c) a relevância da implementação de estratégias de flexibilização curricular voltadas para uma formação mais integral e cidadã.

RESOLVE:

Art. 1º. – As Atividades Complementares dos Cursos de Graduação constituem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação dos saberes e habilidades necessárias, a serem desenvolvidas durante o período de formação do estudante.

Art. 2º. – São consideradas atividades complementares:

- I – Atividades de iniciação à docência;
- II – Atividades de iniciação à pesquisa;
- III – Atividades de extensão;
- IV – Atividades artístico-culturais e esportivas;
- V – Atividades de participação e/ou organização de eventos;
- VI – Experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas;
- VII – Produção Técnica e/ou Científica;
- VIII – Vivências de gestão;
- IX – Outras atividades, estabelecidas de acordo com o Art. 3º. desta Resolução.

Art. 3º. – As Coordenações de Cursos de Graduação poderão aprovar normatizações específicas, incluindo estratégias pedagógico-didáticas não previstas no Art. 2º. desta Resolução e estipulando carga horária mínima integralizada ou período cursado das Atividades Complementares.

Art. 4º. – As Coordenações de Cursos serão responsáveis pela implementação, acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares.

MW

2

§ 1º - As Coordenações de Cursos estipularão a carga horária referente às Atividades Complementares que serão integralizadas nos currículos, até o percentual de 10% (dez por cento) de sua carga horária total.

§ 2º - As Coordenações de Cursos efetuarão o registro, o acompanhamento e a avaliação das Atividades Complementares.

§ 3º - A critério das Coordenações de Cursos, e dependendo da natureza das Atividades Complementares, serão designados professores orientadores.

Art. 5º. - O aproveitamento da carga horária observará os seguintes critérios:

I - Atividades de iniciação à docência, à pesquisa e/ou à extensão: até 96 horas pelo conjunto de atividades;

II - Atividades artístico-culturais e esportivas: até 80 horas para o conjunto de atividades;

III - Atividades de participação e/ou organização de eventos: até 32 horas para o conjunto de atividades;

IV - Experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas: até 64 horas para o conjunto de atividades;

V - Produção Técnica e/ou Científica: até 96 horas para o conjunto de atividades;

VI - Vivências de gestão: até 48 horas para o conjunto de atividades;

VII - Outras atividades: até 48 horas para o conjunto de atividades.

Art. 6º. - O aproveitamento das atividades complementares será feito pelas Coordenações de Cursos, mediante a devida comprovação.

Art. 7º. - Para a participação dos estudantes nas Atividades Complementares, serão observados os seguintes critérios, que poderão ser complementados pelas normatizações internas previstas no Artigo 3º desta Resolução:

I - Serem realizadas a partir do primeiro semestre, salvo as referentes ao Projeto Recém-Ingresso da Pró-Reitoria de Graduação;

II - Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;

III - Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;

IV - Serem realizadas no período de matrícula na instituição;

V - Serem integralizadas até sessenta dias do período anterior à conclusão do Curso.

§ 1º - O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares junto às Coordenações de Cursos.

§ 2º - As Coordenações de Cursos avaliarão o desempenho do aluno nas Atividades Complementares, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório e estipulando a carga horária a ser aproveitada, e tomará as providências cabíveis junto à Pró-Reitoria de Graduação.

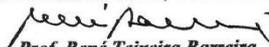
§ 3º - Os casos de estudantes ingressos no Curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de Atividades Complementares, serão avaliados pelas Coordenações de Cursos que poderão computar total ou parte da carga horária atribuída pela instituição ou curso de origem em conformidade com as disposições desta Resolução e de suas normatizações internas.

§ 4º - Os estudantes ingressos através de admissão de graduado deverão desenvolver as Atividades Complementares requeridas por seu atual curso.

§ 5º - Os casos omissos serão resolvidos pelas Coordenações de Cursos.

Art. 8º. - A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, 17 de junho de 2005.


Prof. René Teixeira Barreira
Reitor